

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

(a) Operações

A Desenvix Energias Renováveis S.A. (a "Companhia") e suas controladas (conjuntamente "o Grupo"), com sede social em Barueri, São Paulo, tem por atividade principal a participação no capital social de outras empresas nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica.

O Grupo atua de maneira integrada dominando todo o ciclo de negócio, desde a execução de inventários, passando pelo licenciamento, modelagem econômico financeira, financiamento, construção, até a operação de empreendimentos de transmissão e geração de energia.

O Grupo investe em empreendimentos de geração de energia elétrica por meio de (i) Usinas Hidrelétricas ("UHE"); (ii) Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCH"); (iii) Usinas Eólicas ("UEE"); (iv) Usinas Térmicas de Biomassa ("UTE"); e (v) Linhas de Transmissão ("LT").

A Companhia passou de 9 MW instalados em 2005 para 349 MW em setembro de 2012, compreendendo 15 empreendimentos em operação de geração de energia elétrica 100% renováveis. Adicionalmente a Companhia participa com 25,5% em duas linhas de transmissão com 511 km de extensão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 07 de maio de 2014.

(i) Empreendimentos em operação

O Grupo, por intermédio de empresas controladas, detém diversas autorizações e concessões para operação de empreendimentos em operação que incluem:

Empresas	Fonte de Energia	Data de início das operações	Capacidade instalada em MW	Vencimento do contrato (autorizações/concessões)
Esmeralda S.A.	PCH	23 de dezembro de 2006	22,2 MW	21 de dezembro de 2031
Santa Laura S.A.	PCH	1º de outubro de 2007	15 MW	27 de setembro de 2030
Santa Rosa S.A.	PCH	1º de julho de 2008	30 MW	31 de maio de 2031
Moinho S.A.	PCH	19 de setembro de 2011	13,7 MW	14 de agosto de 2038
Enercasa Energética S.A.	UTE	26 de outubro de 2011	33 MW	25 de fevereiro de 2044
Passos Maia Energética S.A.	PCH	17 de fevereiro de 2012	25 MW	2 de março de 2034
Monel Monjolinho Energética S.A.	UHE	31 de agosto de 2009	74 MW	22 de abril de 2037
Dona Francisca Energética S.A.	UHE	Fevereiro de 2001	125 MW	28 de agosto de 2033
CERAN Cia. Energética Rio das Antas (i)	UHE	Janeiro de 2005	360 MW	31 de dezembro de 2029
Macaúbas Energética S.A.	UEE	5 de julho de 2012	35,07 MW	16 de junho de 2045
Novo Horizonte Energética S.A.	UEE	5 de julho de 2012	30,06 MW	28 de julho de 2045
Seabra Energética S.A.	UEE	5 de julho de 2012	30,06 MW	28 de julho de 2045
Energen Energias Renováveis S.A.	UEE	28 de setembro de 2012	34,5 MW	05 de julho de 2045
Goiás Transmissão S.A.	LT	14 de novembro de 2013	500/230 KV	11 de junho de 2040

- (i) A CERAN Cia. Energética Rio das Antas é a empresa responsável pela construção e operação do Complexo Energético Rio das Antas. A Companhia detém 5% deste empreendimento. O complexo é formado pelas UHEs Monte Claro, Castro Alves e 14 de julho. O projeto é operado pela CPFL Geração de Energia S.A.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Projetos em construção - linhas de transmissão

A Desenvix detém participação de 25,5% MGE Transmissão S.A. a qual está em fase de implantação.

Esta linha possui um total de 258 km de extensão e sua entrada em operação está prevista para ocorrer entre o segundo e terceiro trimestre de 2014.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, as propriedades para investimentos, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgados na nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Desenvix Energias Renováveis S.A., identificadas como “Controladora”, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas e as operações em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, controlada em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) de contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na (a) adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como *ágio (goodwill)*. Quando o total da contraprestação transferida, a participação dos não-controladores reconhecida e a mensuração da participação mantida anteriormente for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício (Nota 2.11).

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subseqüente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(d) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 2.11 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e *joint ventures* são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

2.4 Apresentação de informações por segmentos

O grupo não elabora informações por segmento, uma vez que atua preponderantemente na geração e comercialização de energia elétrica gerada por meio de contratos de longo prazo, que representam substancialmente a receita do Grupo nos anos de 2013 e de 2012.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A administração classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem “Contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “Caixa e equivalentes de caixa” (Notas 2.5 e 2.7).

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das outras categorias anteriores. Estes ativos financeiros são investimentos que estão apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial aqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, o Grupo usa os critérios mencionados em (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio da demonstração do resultado.

2.7 Contas a receber

As contas a receber correspondem a: (i) suprimento de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras; e (ii) serviços prestados de consultoria e gerenciamento, contabilizados observando o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*), se necessária.

2.8 Demais ativos circulantes e não circulantes

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), imposto de renda e contribuição social, decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

variações monetárias auferidas. Os estoques, representados por peças de manutenção das usinas hidrelétricas, estão demonstrados ao custo, que não excede seu valor de realização.

As despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de carta de fiança bancária e seguros, apropriados *pro rata temporis*.

2.9 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 9, estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, limitadas ao prazo de concessão ou da autorização das usinas, quando aplicável.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia e suas empresas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

Com relação aos bens reversíveis, incluindo os terrenos, no vencimento da concessão ou autorização, contabilizados no Ativo Imobilizado, a Companhia determinou seu valor residual como sendo zero. Ao adotar esse critério a Companhia considerou que existem incertezas quanto à forma de determinação do valor da indenização final e sobre sua forma de liquidação, e, portanto, a Companhia conclui que a determinação de um valor residual no final do período de concessão seria um ativo contingente, o qual não pode ser considerado enquanto permanecer dúvidas ou disputas a respeito de sua recuperação.

2.10 Intangível

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Estudos de projeto

O montante dos gastos incorridos no desenvolvimento de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros são reconhecidos inicialmente ao custo, sendo posteriormente reduzido ao seu valor recuperável, uma vez que a sua recuperação está condicionada a aprovação dos referidos estudos e consequente realização do leilão de novos empreendimentos de geração de energia pela ANEEL, assim como, quando requerida, a obtenção pelas empresas vencedoras do leilão da licença ambiental prévia, em prazos e condições indeterminados.

Por ocasião da aprovação pela ANEEL dos estudos para UHEs, formalizada através de Despachos ou Ofícios, quando a Companhia tem assegurado o ressarcimento dos custos incorridos pelo vencedor do leilão de novos empreendimentos de geração de energia, que poderá ser um terceiro ou parte relacionada, assim como, quando requerida, da obtenção da licença ambiental prévia, um ativo é reconhecido, em contrapartida ao resultado do exercício, uma vez que há indicações claras e objetivas, com base em fontes internas e externas, do direito de exploração ou do seu reembolso, conforme o caso.

No caso específico de PCHs e usinas eólicas, o ativo é reconhecido por ocasião da obtenção, ou quando houver evidências claras e objetivas da obtenção, da outorga, como por exemplo, estarem classificadas como prioritárias, ter a licença ambiental prévia, terras nas proximidades do reservatório, projeto básico aceito pela ANEEL estando em fase final de complementação, entre outros. Essas condições são analisadas, individualmente ou em conjunto, considerando fatos e circunstâncias.

Caso o ganhador seja um terceiro, os referidos gastos serão faturados consoante previsão contratual e normas da ANEEL, atualizados monetariamente desde a data de sua aprovação até a data de seu pagamento, tendo por base a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), limitada a 10% ao ano; portanto, corresponde a um ativo financeiro pelo direito contratual de receber deste terceiro. Caso o ganhador seja uma parte relacionada (empresa controlada constituída para explorar o novo empreendimento de geração de energia), o referido gasto poderá ser faturado para a, ou considerado como aporte de capital na, referida sociedade.

Os gastos com pesquisa, quando incorridos, são reconhecidos como despesas no resultado.

(c) Direito de concessão - uso do bem público

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão contratado decorrente do contrato de concessão firmado pela Monel Monjolinho Energética S.A. com a ANEEL. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o uso do bem público (UBP) até o final do contrato de concessão e amortizado pelo correspondente prazo, a partir do início da operação comercial da usina.

(d) Licenças ambientais

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível (Nota 10).

2.11 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixo para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13 Passivos financeiros

2.13.1 Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.13.2 Concessões a pagar

É um instrumento financeiro mantido até o vencimento, demonstrado ao custo amortizado e atualizado

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 9,50%.

2.14 Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.16 Capital Social

A companhia somente possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.17 Reconhecimento da receita

(a) Venda de energia elétrica

As receitas de venda de serviços e do fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios inerentes são transferidos para o comprador.

No caso de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

outros, a receita, ou a recuperação de custos, é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos venham a ser percebidos pela Companhia, fato esse que ocorrerá por ocasião do leilão de energia, quando a empresa vencedora, mediante previsão contratual, se obriga a pagar a Companhia pelos referidos estudos, dependendo ainda, em determinadas circunstâncias, da obtenção da licença ambiental prévia. O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é utilizado para operacionalizar o compartilhamento dos riscos hidrológicos associados ao despacho centralizado, assegurando que todas as usinas recebam seus níveis de Garantia Física independente de seus níveis reais de produção de energia. O MRE realoca a energia produzida, transferindo o excedente daqueles que geraram além de sua Garantia Física para aquelas que geraram abaixo. O ajuste do MRE é apurado e informado ao final de cada ano pela Eletrobrás, sendo seu montante (receita ou custo) reconhecido contabilmente somente no encerramento do exercício social.

(b) Contrato de Energia de Reserva – CER

A Companhia firmou em 9 de março de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 149,99/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

A partir de 1º de julho de 2012 a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio encerra-se em 30 de junho de 2016.

Adicionalmente, é definido contratualmente um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada. Caso a energia gerada seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicado o ajuste, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia gerada seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá o equivalente a 70% do preço sobre o valor que exceder aos 130%. Em ambos os casos a compensação ocorrerá no ano subsequente em que a diferença for apurada.

(c) Venda de serviços

A empresa Enex, controlada do Grupo, presta serviços de Operação e Manutenção (O&M) de usinas de geração de energia do Grupo e de terceiros.

Esses serviços são prestados com base no tempo incorrido e no material utilizado ou, com base em contrato de preço fixo. A receita desta prestação de serviços é reconhecida na medida em que o serviço é prestado.

Os períodos dos contratos, geralmente, variam entre ano e até cinco anos.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

(e) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

2.18 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Esses tributos são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Lucro real

São calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

(b) Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, as seguintes controladas: Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A., Esmeralda S.A. e Moinho S.A., cujo faturamento anual do exercício imediatamente anterior tenha sido inferior a R\$ 48.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) estão comentados na Nota 21.

2.19 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- . IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.
- . IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.20 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013.

(i) CPC 19 (R2)/IFRS 11 - "Negócios em Conjunto" foca nos direitos e nas obrigações das partes em conjunto ao invés do formato legal. Existem dois tipos de negócios em conjunto: operações em conjunto (joint operations) e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). Operações em conjunto surgem onde os investidores têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. O operador em conjunto deve reconhecer seus ativos, passivos, receitas e despesas. Empreendimentos controlados em conjunto surgem quando os direitos são sobre os ativos líquidos do negócio e são reconhecidos com base no método de equivalência patrimonial. Consolidação proporcional não é mais permitida. Os impactos dessa adoção nas demonstrações financeiras estão divulgados na Nota 4.1.

(ii) CPC 26 (R1)/IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis". A principal mudança para 2013 é o agrupamento dos itens apresentados na "Demonstração do resultado abrangente" com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

(iii) CPC 33 (R2)/IAS 19 - "Benefícios a Empregados". As seguintes mudanças ocorreram nas políticas contábeis do Grupo: o reconhecimento imediato dos custos de serviços passados, os quais são levados ao resultado do exercício independentemente de os benefícios terem sido adquiridos pelo empregado ou não; mensuração dos custos/ganhos financeiros sobre os passivos/ativos do plano de benefício definido em base líquida. Não há impactos dessa mudança nas demonstrações financeiras do Grupo.

(iv) CPC 36 (R3)/IFRS 10 - "Demonstrações Consolidadas", baseia-se na identificação de controle como fator determinante para uma entidade ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. Os impactos dessa mudança nas demonstrações financeiras estão divulgados na Nota 4.1.

(v) CPC 40 (R1)/IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" - essa alteração inclui novos requisitos de divulgação sobre a compensação de ativos e passivos.

(vi) CPC 45/IFRS 12 - "Divulgações de Participações em Outras Entidades" incluem os requerimentos de divulgação para todas as formas de participações em outras entidades, inclusive operações em conjunto, coligadas, entidades estruturadas e outros tipos entidades-veículo não registradas no balanço.

(vii) CPC 46/IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo" tem por objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação.

2.21 Impacto das mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As normas que tem impacto no Grupo são CPC 19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em conjunto. e IFRS 10 e CPC 36 Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As características e essência econômica da participação da Companhia nos negócios da investida Passos Maia Energética S.A. caracterizam um empreendimento controlado em conjunto.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em decorrência desta alteração a Companhia não reconheceu em suas demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 a sua participação na consolidação proporcional na investida reconhecendo o mesmo por equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro e 1 de janeiro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas conforme abaixo:

	31 de dezembro de 2012			1 de janeiro de 2012		
Ativo	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Circulante	184.033	(3.680)	180.353	123.676	(2.855)	120.821
Não circulante	1.762.845	(47.242)	1.715.603	1.607.341	(40.317)	1.567.024
Total do ativo	1.946.878	(50.922)	1.895.956	1.731.017	(43.172)	1.687.845
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	310.083	(7.194)	302.889	381.493	(2.848)	378.645
Não circulante	949.330	(43.728)	905.602	751.388	(40.324)	711.064
Total do patrimônio líquido	687.465		687.465	598.136		598.136
Total do passivo e patrimônio líquido	1.946.878	(50.922)	1.895.956	1.731.017	(43.172)	1.687.845

	31 de dezembro de 2012		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos	(26.339)	(457)	(26.796)
	58.383	(9.762)	48.621
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações			
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(12.362)	(8.568)	(20.930)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(91.459)	11.589	(79.870)
Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos	189.408	(2.912)	186.496
Aumento / (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	85.587	109	85.696
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	41.490	(2.509)	38.981
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	127.077	(2.400)	124.677

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2012		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Receitas			
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	212.333	(11.629)	200.704
Outras receitas e despesas		75	75
	<u>212.333</u>	<u>(11.554)</u>	<u>200.779</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS e IPI)			
Custo do fornecimento de energia elétrica (nota 19)	(45.332)	(3.439)	(48.771)
Custo dos serviços prestados (nota 19)	<u>(22.693)</u>		<u>(22.693)</u>
	<u>(68.025)</u>	<u>(3.439)</u>	<u>(71.464)</u>
Valor adicionado bruto (1-2)	<u>144.308</u>	<u>(14.993)</u>	<u>129.315</u>
Retenções			
Depreciação, amortização e exaustão	<u>(51.766)</u>	4.060	<u>(47.706)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	<u>92.542</u>	<u>(10.933)</u>	<u>81.609</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	3.437	1.587	5.024
Receitas financeiras	7.592	(337)	7.255
Ganho/perda com investimento	441		441
Receita de Dividendos	<u>1.074</u>		<u>1.074</u>
	<u>12.544</u>	<u>1.250</u>	<u>13.794</u>
Valor adicionado total a distribuir (5+6)	<u>105.086</u>	<u>(9.683)</u>	<u>95.403</u>
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos	19.283		19.283
Impostos, taxas e contribuições	22.422	(3.913)	18.509
Remuneração de Capital de Terceiros (Juros e aluguéis)	95.003	(5.769)	89.234
Lucros retidos/prejuízo do período	<u>(31.998)</u>		<u>(31.998)</u>
Participação dos não controladores nos lucros retidos	<u>376</u>		<u>376</u>
	<u>105.086</u>	<u>(9.682)</u>	<u>95.404</u>

Resultado

	31 de dezembro de 2012		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida operacional	198.227	(11.205)	187.022
Custo do serviço de energia elétrica	(90.989)	5.246	(85.743)
Despesas gerais e administrativas	(52.165)	607	(51.558)
Amortização ágio	(1.150)		(1.150)
Resultado financeiro	(85.214)	3.235	(81.979)
Participação no resultado de coligadas	4.952	1.586	6.538
Imposto de renda e contribuição social	(5.283)	457	(4.826)
Prejuízo do período	<u>(31.622)</u>		<u>(31.622)</u>
Atribuível a			
Acionistas da Companhia	(31.998)		(31.998)
Participação dos não controladores	<u>376</u>		<u>376</u>
Lucro básico por ação	(0,2735)		(0,2735)
Lucro diluído por ação	(0,2735)		(0,2735)

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo de concessão das usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

(b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo, com base em suas análises, não identificou necessidade de constituir nenhuma provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas "Imobilizado" e "Intangível".

(c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

existentes na data do balanço. O Grupo utilizou como referência operação recente contratada com terceiro, cuja precificação se deu com base no fluxo de caixa descontado.

O valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda seria R\$ 11.901 menor ou R\$ 15.478 maior, caso a taxa de desconto utilizada na análise do fluxo de caixa descontado apresentasse uma diferença de aproximadamente 10% em relação às estimativas da administração.

4 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Total dos financiamentos (Nota 12)	923.254	902.216
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	28.803	124.677
Menos: aplicação financeira restrita (Nota 7)	52.119	40.023
Dívida líquida	842.332	737.516
Total do patrimônio líquido	643.506	687.465
Total do capital	1.485.838	1.424.981
Índice de alavancagem financeira - %	56,69	51,76

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Caixa e bancos	3.222	590	22.046	116.373
Aplicações financeiras (i)	3	6.536	6.757	8.304
	<u>3.225</u>	<u>7.126</u>	<u>28.803</u>	<u>124.677</u>

- (i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Renda Fixa, com rendimentos médios equivalentes a 100% da variação do CDI, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações.

6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Cliente - Fornecimento de energia elétrica (i)			21.133	24.932
Clientes - Serviços terceiros (ii)			2.892	2.445
Clientes - partes relacionadas (Nota 11)	1.246	1.554	372	253
Provisão para devedores duvidosos (iii)	(220)	(220)	(220)	(220)
	<u>1.026</u>	<u>1.334</u>	<u>24.177</u>	<u>27.410</u>

- (i) Representado pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do PROINFA, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e terceiros, com prazo médio de vencimento de 35 dias.
- (ii) O saldo de 31 de dezembro de 2013 (consolidado) corresponde a recebíveis da subsidiária Enex O&M de Sistema Elétricos Ltda.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2013, o saldo provisionado refere-se a 100% dos títulos em aberto da Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.

7 Aplicações financeiras restritas

Por força dos contratos de financiamento firmados com o BNDES para custeio das obras das PCHs Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa, Moinho, Victor Baptista Adami e da UHE Alzir dos Santos Antunes, e com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") para o custeio das obras das Usinas Eólicas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Novo Horizonte, Seabra, Macaúbas as empresas devem manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada "conta reserva", com recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, do equivalente à soma das últimas três parcelas mensais, no mínimo, de principal, juros e demais acessórios, valor esse que permanecerá bloqueado durante todo o prazo de amortização do referido contrato de financiamento (nota 12).

As referidas aplicações foram realizadas no Banco Itaú S.A., Bradesco S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco do Brasil S.A., com remuneração equivalente a 100% da variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

As movimentações das aplicações financeiras restritas do ativo circulante e ativo não circulante podem ser assim demonstradas:

	Controladora	
	31 de dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012
No início do exercício	4.938	24.799
Resgates		(25.207)
Rendimentos	648	408
Aplicações	7.616	4.938
No final do exercício	13.202	4.938
	Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012
No início do exercício	40.023	32.081
Aplicações	17.401	6.791
Rendimentos	3.062	2.358
Resgates	(8.367)	(1.207)
No final do exercício	52.119	40.023

O valor justo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 aproximam-se de seus valores contábeis.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Em empresas controladas	460.275	470.594		
Em empresas coligadas e outras	154.098	112.340	150.556	108.799
	<u>614.373</u>	<u>582.934</u>	<u>150.556</u>	<u>108.799</u>

A composição dos saldos dos investimentos em empresas controladas, coligadas e outras, podem ser assim demonstradas:

	31 de dezembro de 2013	Controladora 31 de dezembro de 2012
Empresas controladas		
Enercasa - Energia Caiuá S.A.	2.739	4.559
Energen Energias Renováveis S.A.	11.023	26.980
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	3.127	2.742
Esmeralda S.A.	35.681	27.609
Macaúbas Energética S.A.	39.856	44.803
Moinho S.A.	43.585	44.141
Monel Monjolinho Energética S.A.	118.519	115.419
Novo Horizonte Energética S.A.	39.410	38.517
Santa Laura S.A.	29.105	28.174
Santa Rosa S.A.	62.649	62.799
Seabra Energética S.A.	39.654	39.044
	<u>425.348</u>	<u>434.787</u>
Ágio	40.770	41.920
Lucros não realizados na controladora	(5.842)	(6.113)
Total dos investimentos em controlada	<u>460.276</u>	<u>470.594</u>
Empresas coligadas		
Goiás Transmissão S.A.	70.543	52.072
MGE Transmissão S.A.	55.369	32.595
Passos Maia Energética S.A.	23.989	23.475
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	655	657
	<u>150.556</u>	<u>108.799</u>
Ágio - direito de concessão	3.541	3.541
Total dos investimentos em coligadas	<u>154.097</u>	<u>112.340</u>
Total dos investimentos	<u>614.373</u>	<u>582.934</u>

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais

(a) As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

31 de dezembro de 2013	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos	Lucros realizados no período 31 de dezembro de 2013
Empresas controladas							
Enercasa - Energia Caiuá S.A.	100	72.092	78.340	(6.248)	(7.977)	(7.977)	
Energen - Energias Renováveis S.A.	95	149.040	139.328	9.712	(16.735)	(15.899)	
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	100	7.553	4.426	3.127	387	387	
Esmeralda S.A.	99,99	67.180	31.499	35.681	10.586	10.598	12
Macatúbas Energética S.A.	99,99	166.200	128.220	37.980	(4.888)	(4.888)	
Moinho S.A.	99,99	101.691	58.749	42.942	(541)	(473)	68
Monel Monjolinho Energética S.A.	99,99	354.534	236.015	118.519	9.003	9.095	92
Novo Horizonte Energética S.A.	99,99	136.883	99.608	37.275	961	961	
Santa Laura S.A.	99,99	60.360	31.255	29.105	4.486	4.502	16
Santa Rosa S.A.	99,99	135.087	72.438	62.649	9.994	10.074	80
Seabra Energética S.A.	99,99	136.430	98.369	38.061	660	660	
Participação nos lucros de controladas							
Empresas coligadas							
Goiás Transmissão S.A.	25,5	779.505	336.828	442.677	172.297	1.596	
MGE Transmissão S.A.	25,5	336.533	119.448	217.085	(4.740)	(1.209)	
Passos Maia Energética S.A.(controlada em conjunto)	50	142.070	94.089	47.981	1.855	928	
FIP Energias Renováveis S.A.	6,25			3.061	(8)	(8)	
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	20	5.620	3.971	1.649			
Participação nos lucros de coligadas							
Participação total nos lucros de coligadas e controladas							
						1.307	
						8.347	

O patrimônio líquido contábil da Monel Monjolinho Energética S.A., Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A. e Moinho Energética S.A. em 31 de dezembro de 2013 foi ajustado, para fins de cálculo da equivalência patrimonial, pelo montante dos lucros não realizados decorrentes de operações realizadas entre a Companhia e as referidas controladas de R\$ 2.247, R\$ 165, R\$ 247, R\$ 1.555 e R\$ 1.629 (2012 – R\$ 2.339, R\$ 179, R\$ 263, R\$ 1.635 e R\$ 1.697), respectivamente.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2013
No início do exercício	582.934	108.789
Aporte de capital ou adiantamentos para futuro aumento de capital	50.516	50.516
Resultado de participação em controladas e coligadas	14.594	1.306
Amortização de ágio	(1.150)	
Amortização de juros capitalizados	(527)	(183)
Reversão de dividendos MGE e GOIAS	777	777
JSCP Monel Monjolinho Energética S.A.	(1.756)	
IRRF S/JSCP Monel Monjolinho Energética S.A.	(311)	
Dividendos	(30.704)	(10.649)
	614.373	150.556

A Companhia possui investimentos de 25,5% na Goiás Transmissora de Energia S.A. (“Goiás”). Essa coligada contabilizou seus ativos de transmissão de acordo com as interpretações e orientações técnicas ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão, OCPC 05 – Contratos de concessão e ICPC 17 – Contratos de concessão – Evidenciação. Durante o exercício de 2013 a investida alterou a forma de cálculo do ativo financeiro derivado do contrato de concessão substituindo a taxa efetiva de juros dos recebíveis do contrato de concessão passando para o custo médio de capital ponderado (WACC Weighted Average Cost of capital). Essa alteração gerou um resultado positivo de R\$ 172 milhões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A Companhia optou por calcular o ativo financeiro como empréstimos e recebíveis utilizando a taxa efetiva de juros do próprio recebível. Desta forma efetuou ajustes em seu cálculo de equivalência patrimonial.

9 Imobilizado

	Consolidado		
	Em 31 de dezembro de 2013		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
			Líquido
Usinas e outros			
Terrenos	19.975	(3.072)	16.903
Terrenos - depósitos judiciais (i)	976		976
Reservatório, barragens e adutoras	437.922	(75.633)	362.289
Edificações, obras civis e benfeitorias	37.759	(6.299)	31.460
Máquinas e equipamentos	773.479	(75.716)	697.763
Material em depósito e outros	1.851	(52)	1.799
Móveis e utensílios	672	(233)	439
Equipamentos de informática e outros	913	(505)	408
Outros	416	(101)	315
Sistemas de conexão			
Terrenos	424		424
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.245	(96)	1.149
Máquinas e equipamentos	77.544	(8.335)	69.209
Imobilizado em curso, servidões e outros	119		119
Adiantamentos a fornecedores			
Imobilizado em andamento	11.378		11.378
	1.364.673	(170.042)	1.194.631
			1.299.715

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

- (i) Terrenos processos judiciais está representado pelo montante depositado em juízo decorrente de ações em curso motivadas por problemas de ordem documental e discordância dos valores provenientes da desapropriação das áreas necessárias à implantação das usinas (Santa Laura, Santa Rosa, Monel e Moinho), como aprovadas pela ANEEL (declaração de utilidade pública para fins de desapropriação). Os consultores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento das referidas ações indicam como prováveis as chances de êxito nessas questões.

O saldo do ativo Imobilizado da Controladora totaliza R\$ 501 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 497 em 31 de dezembro de 2012). A depreciação reconhecida no resultado do exercício de 2013 foi R\$ 79.

O saldo do ativo imobilizado consolidado teve redução significativa no ano de 2013 devido à acordo contratual efetuado entre Desenvix/Engevix e Alstom, datado em 23/12/2013, que trata da redução de preço contratual, reconhecimento de dívida, transação e outras avenças, que adita o contrato efetuado entre as partes citadas da Empreitada Integral para Implantação das Centrais Geradoras Eólicas do Complexo Eólico da Bahia, que abrangem as controladas Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra. A dedução de preço foi incentivada pelo não atendimento do prazo de aceitação (entrega das Centrais Geradoras em funcionamento) na data acordada no contrato de empreitada.

Com isso, houve redução de imobilizado nestas controladas no montante de R\$ 48.355, que representa a maior parte das baixas do ano de 2013, conforme apresentado no quadro abaixo.

	Consolidado				
	Usinas e outros	Sistema de conexão	Adiantamentos a fornecedores	Obras em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2011	954.498	47.558	90.115	165.433	1.257.604
Em 01 de janeiro de 2012	935.990	44.770	88.706	125.772	1.195.238
Adições	43.501	8.695	36.117	81.202	169.515
Depreciação	(42.837)	(2.768)			(45.605)
Encargos financeiros capitalizados				10.371	10.371
Transferência de materiais em andamento para estoque	(104)			(117)	(221)
Transferência entre contas	281.376	23.367	(95.213)	(209.530)	
Aplicação de adiantamentos	(848)		(28.845)		(29.693)
Outros	(96)			206	110
Em 31 de dezembro de 2012	1.216.982	74.064	765	7.904	1.299.715
Adições	1.082		1.892	1.533	4.507
Amortização de encargos financeiros capitalizados	(528)				(528)
Transferência entre contas	(641)	501	(1.955)	2.095	-
Depreciação	(56.004)	(3.482)			(59.486)
Baixas	(48.540)	(182)	(702)	(153)	(49.577)
Em 31 de dezembro de 2013	1.112.351	70.901		11.379	1.194.631

Composição do saldo de "Obras em andamento":

	Consolidado	
	2013	2012
Engenharia e gerenciamento da obra	10.629	7.056
Obras civis e do reservatório	750	796
Engenharia e gerenciamento EPC		52
	11.379	7.904

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

As taxas anuais de depreciação de bens do imobilizado são:

	%
	Taxa média
Usinas e outros	
Reservatório, barragens e adutoras	4,08
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,24
Máquinas e equipamentos	4,29
Móveis e utensílios	10
Equipamentos informática e outros	20
Sistemas de conexão	
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,24
Máquinas e equipamentos	4,03

O montante de depreciação foi registrado conforme tabela abaixo.

	Controladora	Consolidado
	Período findo em 31 de dezembro de 2013	Período findo em 31 de dezembro de 2012
Custos		59.288
Despesas Gerais e Administrativas	79	198
	<u>79</u>	<u>59.486</u>
		45.071
		<u>534</u>
		<u>45.605</u>

10 Intangível

A composição do intangível pode ser assim demonstrada:

	Controladora	2013	2012
	Contratos com condição resolutiva	Outros contratos e demais custos	Total
Estudos de viabilidade e ambiental			
UHE Riacho Seco (i)	3.350	6.907	10.257
UHE Torixoréu	2.500		2.500
UHE Itapiranga	1.100		1.100
Estudos de inventário			
Rio Itacaiunas	1.820		1.820
Projetos básicos e outros			
PCH Bonança (ii)	1.493	9	1.502
Outros		55	4
	<u>10.263</u>	<u>6.971</u>	<u>17.234</u>
			<u>17.183</u>

- (i) Gastos revisados e aprovados pela ANEEL em 2010, conforme Ofícios nºs 243 e 453 de 2010.
- (ii) Projeto básico em fase final de aprovação, suportado por licença ambiental prévia e terras adquiridas na região do reservatório.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais

				Consolidado
				2012
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Uso do Bem Público (UBP)	50.990	(8.494)	42.496	44.317
Ágio na aquisição de investimento	30.445		30.445	30.445
Estudos de viabilidade e ambiental, de inventário e projetos	17.182		17.182	17.183
Direito de autorização	10.511		10.511	10.511
Licenças de operação	22.316	(10.681)	11.635	7.284
Contratos firmes	5.751	(2.396)	3.355	4.505
Outros	2.005	(582)	1.423	1.143
	<u>139.200</u>	<u>(22.153)</u>	<u>117.047</u>	<u>115.388</u>

As taxas anuais de amortização ativo intangível são:

	%
	Taxa média
Uso do Bem Público (UBP)	3,57
Estudos de viabilidade ambiental, de inventários e projetos	indefinido
Licenças de operação	20 a 25
Contratos firmes	20

A movimentação do ativo intangível pode ser assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 1 de janeiro de 2012	32.516	144.953
Transferência para partes relacionadas ativo (Nota 11)	(15.333)	(15.407)
Gastos com licenças ambientais		7.043
Outros		(16.190)
Amortização ágio sobre contratos firmes		(1.150)
Amortização da UBP e licenças		(3.861)
Em 1 de janeiro de 2013	17.183	115.388
Gastos com licenças ambientais		8.472
Outros	51	50
Amortização ágio sobre contratos firmes		(1.150)
Amortização da UBP e licenças		(5.713)
Em 31 de dezembro de 2013	<u>17.234</u>	<u>117.047</u>

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

11 Partes relacionadas

(a) Saldos do fim do exercício, decorrentes das vendas e/ou compras de produtos ou serviços

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Ativo circulante				
Contas a receber (i)				
UHE Cubatão S.A.	220	220	220	220
Enercasa Energia Caiuá S.A.	72	34		
Energen Energias Renováveis S.A.	76	473		
Esmeralda S.A.	54	257		
Macaúbas Energética S.A.	57	55		
Moinho S.A.	259	241		
Monel Monjolinho Energética S.A.	135	73		
Novo Horizonte Energética S.A.	55	52		
Passos Maia Energética S.A.	152	34	152	33
Santa Laura S.A.	48	31		
Santa Rosa S.A.	63	32		
Seabra Energética S.A.	55	52		
	1.246	1.554	372	253
Dividendos a receber				
Energen S.A.	890	890		
Esmeralda S.A.	2.514	5.963		
Goiás Transmissão S.A.	10.434	509	10.434	509
MGE Transmissão S.A.		268		268
Moinho S.A.	176	174		
Monel Monjolinho Energética S.A.	1.756	1.006		
Passos Maia Energética S.A.	220	377	220	377
Santa Laura S.A.	4.118	4.318		
Santa Rosa S.A.	2.373	1.408		
	22.481	14.913	10.654	1.154
Ativo não circulante - realizável a longo prazo				
Adami S.A. Madeiras	875		875	
Água Quente Ltda.	884	884	884	884
Bom Retiro S.A.	703	457	703	457
Caldas nova Transmissão	25		25	
Enercasa - Energia Caiuá S.A.	18.129	27		
Energen Energias Renováveis S.A. (ii)	17.429	81.219		
Engevix Engenharia S.A. (iii)	3.087	3.087	3.087	3.087
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	300			
Esmeralda S.A.		3		
FUNCEF (iv)	4.666	5.367	4.666	5.367
Jackson Empreendimentos Ltda. (iv)	15.701	18.099	15.701	18.099
JP Participações Ltda.	775	775	775	775
Macaúbas Energética S.A. (v)	11.973	2.802		
Moinho S.A.	4.034	648		
Novo Horizonte Energética S/A	4.014			
Seabra Energética S/A	4.355			
UHE Cubatão S.A.	108	104	108	104
Usina Pau D'Alho S.A. (vi)		14.652		14.652
	87.058	128.124	26.824	43.425
Total do ativo	110.785	144.591	37.850	44.832

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Passivo circulante				
Fornecedores				
Engevix Engenharia S.A. (vii)			808	1.476
Partes relacionadas				
CEL Engenharia de Manutenção		1.024		1.024
Enercasa – Energia Cauá S.A (viii)		12.100		
Engevix Engenharia S.A. (viii)	3.848	6.106	3.848	9.733
Goiás Transmissão S.A (viii)		8.690		8.690
Jackson Empreendimentos Ltda. (viii)	3.514	2.627	3.515	2.627
MGE Transmissão S.A (viii)		7.680		7.680
Monel Monjolinho Energética S.A. (viii)	4.000	5.818		
Novo Horizonte Energética S.A (viii)		3.034		
Santa Laura S.A. (viii)		48		
Santa Rita Comércio e Instalações Ltda. (viii)		324		324
Santa Rosa S.A. (viii)	6.254	3.089		
Seabra Energética S.A. (viii)		101		
	17.616	50.641	7.363	30.078
Total do passivo	17.616	50.641	8.171	31.554

- (i) Referem-se às faturas em aberto pelo serviço de gerenciamento prestado pela Controladora às subsidiárias.
- (ii) Valor referente ao ressarcimento pelo desenvolvimento do projeto Baixo Iguaçu, sem incidência de encargos financeiros.
- (iii) Valor devido pelos Controladores referente ao contrato de mútuo, sem vencimento e sem incidência de encargos financeiros, além dos valores pelo reembolso dos custos com a venda de participação acionária ocorrida no dia 8 de março de 2012.
- (iv) Contrato de mútuo entre a Controladora e a subsidiária, sem incidência de encargos financeiros.
- (v) Contrato de compromisso de Mútuo entre a Controladora e a Usina Pau D'Alho S.A, corrigido com base na variação positiva da taxa DI anual, acrescida de 3% ao ano, capitalizada anualmente, a partir de cada depósito ou pagamento, valor provisionado como perda no resultado de 31 de dezembro de 2013.
- (vi) Saldo em aberto dos serviços de empreitada integral para construção dos nossos empreendimentos de geração de energia elétrica.
- (vii) Composto principalmente pelo saldo em aberto da cobrança de garantias e avais corporativos, referente ao ano de 2012, dos contratos de financiamentos da Companhia e suas subsidiárias.
- (viii) Composto principalmente por saldo de mútuo mantido com partes relacionadas.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais

(b) Vendas de produtos e serviços

	31 de dezembro de 2013	Controladora 31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	Consolidado 31 de dezembro de 2012
Resultado do exercício				
Receitas de prestação de serviços				
Enercasa Energia Caiuá S.A.	938	393		
Energen Energias Renováveis S.A.	907	923		
Esmeralda S.A.	560	266		
Macaúbas Energética S.A.	660	544		
Moinho S.A.	438	355		
Monel Monjolinho Energética S.A.	1324	731		
Novo Horizonte Energética S.A.	603	535		
Passos Maia Energética S.A.	626	766	626	766
Santa Laura S.A.	512	276		
Santa Rosa S.A.	698	351		
Seabra Energética S.A.	600	546		
	7.866	5.686	626	766

A receita faturada (montante integral) pela empresa controlada Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., considerada como custo dos serviços de energia elétrica, para as PCHs e UHEs, totalizou R\$ 10.605 em 2013 (R\$ 9.989 em 2012).

A Companhia mantém contratos de prestação de serviços de gerenciamento das atividades operacionais com a Santa Laura, Santa Rosa, Esmeralda, Monel, Moinho, Passos Maia, Macaúbas, Seabra, Novo Horizonte, Enercasa e Energen, sendo os preços determinados considerando os custos internos.

A Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa, Monel, Moinho, Passos Maia e Enercasa possuem contratos firmados com a Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. referente aos serviços de operação e manutenção para operação das usinas.

(c) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração do pessoal chave da administração, que inclui os conselheiros e diretores estatutários totalizou R\$ 5.081 no período findo em 31 de dezembro de 2013 e (R\$ 4.639 no período findo em 31 de dezembro de 2012).

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

12 Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Financiamento de obras - BNDES (i)			374.334	409.458
Financiamento de obras - BNB (ii)			265.840	272.480
Financiamento de obras – CDB (iii)			108.630	102.049
Debêntures (iv)	99.800	98.910	99.800	98.910
Financiamento de capital de giro (v)	10.000	10.000	10.000	10.000
Financiamentos Cédula de Crédito Bancário, Pine, Bic, BB e FINEP (v)	64.462	8.656	64.462	8.656
Outros	43	39	188	663
	<u>174.305</u>	<u>117.605</u>	<u>923.254</u>	<u>902.216</u>
Passivo circulante	<u>(74.505)</u>	<u>(18.695)</u>	<u>(122.751)</u>	<u>(70.366)</u>
Passivo não circulante	<u>99.800</u>	<u>98.910</u>	<u>800.503</u>	<u>831.850</u>

A movimentação dos financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 1 de janeiro de 2012	58.504	714.581
Captações	215.000	372.553
Pagamentos	(164.765)	(247.483)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	8.736	53.027
Outros	130	9.538
Em 31 de dezembro de 2012	<u>117.605</u>	<u>902.216</u>
Captações	75.000	75.000
Pagamentos	(31.974)	(135.969)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	13.648	66.786
Variação Monetária ativa		15.221
Outros	26	
Em 31 de dezembro de 2013	<u>174.305</u>	<u>923.254</u>

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas empresas controladas têm basicamente as seguintes características:

Desenvix Energias Renováveis S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais

(i) Financiamentos para construção das usinas BNDES

Empresas	Vencimento	Encargos financeiros - % a.a.	Consolidado	
			2013	2012
Monel Monjolinho Energética S.A.	Outubro de 2026	TJLP + 2,1	157.088	169.402
Santa Rosa S.A.	Fevereiro de 2023	TJLP + 3,8	67.012	74.385
Enercasa – Energia Caiuá S.A.	Junho de 2025	TJLP + 2,5	50.629	53.856
Moinho S.A.	Agosto de 2028	TJLP + 2,0	47.813	51.072
Esmeralda S.A.	Abril de 2019	TJLP + 3,5	26.886	32.006
Santa Laura S.A.	Julho de 2020	TJLP + 3,5	24.906	28.737
			<u>374.334</u>	<u>409.458</u>

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	Quantidade de parcelas	Mês de vencimento	Ano	
			Primeira parcela	Última parcela
Monel Monjolinho Energética S.A.	192	Outubro	2010	2026
Santa Rosa S.A.	168	Fevereiro	2009	2023
Enercasa – Energia Caiuá S.A.	158	Junho	2012	2025
Moinho S.A.	192	Agosto	2012	2028
Esmeralda S.A.	144	Abril	2007	2019
Santa Laura S.A.	144	Julho	2008	2020

Os contratos de financiamentos estabelecem que as empresas deverão manter e atender os seguintes índices financeiros: (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), sendo o mesmo calculado dividindo-se o valor do fluxo de caixa líquido das operações pelo valor do serviço da dívida, de acordo com parâmetros preestabelecidos; e (ii) Índice da Relação Mínima do Patrimônio Líquido e Ativo Total (PLxAT), como a seguir indicados:

	ICSD	PLxAT
Esmeralda S.A.	1,3	NR
Santa Laura S.A.	1,3	0,3
Santa Rosa S.A.	1,2	0,3
Enercasa – Energia Caiuá S.A.	1,3	0,3
Monel Monjolinho Energética S.A.	1,3	25%
Moinho S.A.	1,2	25%

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNDES ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva (Nota 7)" e "Movimento (centralizadora)".

Adicionalmente, as referidas cláusulas estabelecem que as empresas: (i) não poderão distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio cujo valor, isolada ou conjuntamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais

Financeiro; (ii) não poderão constituir, sem prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro, qualquer gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia; (iii) não poderão ceder nem vincular em favor de outro credor, sem prévia anuência do BNDES ou do Agente Financeiro, a receita cedida e vinculada; e (iv) não emitir debêntures ou partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro.

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) fiança prestada pela Engevix Engenharia S.A. (aplicável para a Esmeralda S.A. e Santa Rosa S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 7); (vi) contratação de carta de fiança bancária, no montante de R\$ 126.000, com vigência até 2027 (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A.) a qual foi retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; (vii) contratação de carta de fiança bancária, ficando dispensada desde que a Santa Laura S.A. apresente ICSD de 1,3, como mencionado anteriormente, a qual foi retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; e (viii) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado.

Em atendimento aos requerimentos do BNDES ou do Agente Financeiro foram firmados com o Unibanco S.A. (aplicável a Esmeralda S.A. e Santa Laura S.A.), com o Bradesco S.A. (aplicável a Santa Rosa S.A.), com o Banco do Brasil S.A. (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A. e Passos Maia Energética S.A.) e com o Banco Santander S.A. (aplicável a Moinho S.A.), os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

Todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (*covenants*) vêm sendo atendidas.

No dia 18 de setembro de 2013, o BNDES autorizou o reescalonamento da dívida da Enercasa através da suspensão da amortização do principal, preservando-se o pagamento de juros, pelo período de 2 anos, a partir de outubro de 2013.

(ii) Financiamentos para construção das usinas BNB

Empresas	Vencimento	Encargos financeiros - % a.a.	Consolidado	
			2013	2012
Macaúbas Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	97.826	100.391
Novo Horizonte Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	84.133	86.050
Seabra Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	83.881	86.039
			<u>265.840</u>	<u>272.480</u>

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	Quantidade de parcelas	Mês de vencimento	Ano	
			Primeira parcela	Última parcela
Macaúbas Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Novo Horizonte Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Seabra Energética S.A.	180	Julho	2013	2028

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNB ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)".

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobrás ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 7);

(v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade *Completion Bond*, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento; (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia.

Em atendimento aos requerimentos do BNB foram firmados com o próprio BNB os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

O contrato prevê Bônus de Adimplência Sobre Encargos de 25% sobre os encargos incidentes, desde que as prestações de juros ou de principal e juros sejam pagos até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a., cuja diferença será contabilizada como desconto financeiro.

(iii) Financiamento de obras – China Development Bank (CDB)

A Energen celebrou contrato de financiamento no valor de US\$ 50.000 mil R\$ 108.630 em 2013 4 (R\$102.049 em 2012) junto ao CDB, destinado à implantação da Central Geradora Eólica denominada EOL Barra dos Coqueiros. Os débitos do financiamento serão pagos em 29 parcelas semestrais e consecutivas, com juros equivalentes à LIBOR (US\$ 6 meses) acrescidos de 5,10% ao ano, com vencimento em 15 de junho de 2027.

Juntamente com este contrato de financiamento foram também celebrados contratos de garantias envolvendo: (i) alienação fiduciária de ações da Energen detidas pela Desenvix e pela Água Quente; (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) alienação fiduciária de ativos e equipamentos; e (iv) cessão condicional de contratos em garantia.

(iv) Debêntures

A Companhia emitiu 100 mil debêntures com valor nominal de R\$ 1 mil cada em 12 de dezembro de 2012. As debêntures são remuneradas pela variação acumulada de 100% das taxas diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) acrescidas de um spread de 2,80% de juros ao ano. Os encargos financeiros serão pagos semestralmente em 8 parcelas, sendo a primeira paga em 12 de junho de 2013 e a última será no vencimento das debêntures. O principal será amortizado semestralmente em

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

5 parcelas semestrais consecutivas, vencendo a primeira em 12 de dezembro de 2014 e a última no dia do vencimento das debêntures. O vencimento das debêntures será em 12 de dezembro de 2016. Nos termos do item 5.1.(v) da Cláusula V da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A., celebrado entre Desenvix, como emissora e Planner Trustee DTVM Ltda, como agente fiduciário, em 12 de novembro de 2012, a Desenvix deverá atender a três métricas de cálculo com limites superiores estabelecidas, sendo elas (i) Índice de Dívida Total / Receita com Dividendos (base Controladora), maior ou igual a 3,0x, em 31 de dezembro de 2013, (ii) Índice de Dívida Total / Patrimônio Líquido (base Consolidado), maior ou igual a 1,45x, em 31 de dezembro de 2013 e (iii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (base Consolidado), menor ou igual a 1,0x.

Apurados os indicadores, em 31 de dezembro de 2013, observou-se os seguintes índices: (i) Índice de Dívida Total / Receita com Dividendos, 7,9x, (ii) Índice de Dívida Total / Patrimônio Líquido, 1,33x e (iii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, 0,98x.

Componentes do cálculo:

- (i) Índice de Dívida Total (Nota 12) / Receita com Dividendos (Nota 8): $174.305 / 22.481 = 7,8$
- (ii) Índice de Dívida Total (Nota 12) / Patrimônio Líquido (Nota 17): $923.254 / 693.415 = 1,33$
- (iii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: EBITDA / (Pagamento de Principal e Juros (Nota 12)): $133.145 / (135.969) = 0,98$
EBITDA conforme descrito na Escritura acima referenciada: (Lucro (prejuízo) operacional (DRE) + Depreciação e Amortização (Nota 19)): $67.946 + 65.199 = 133.145$

O aumento do endividamento de curto prazo na Controladora foi o principal motivo pelo não atendimento dos índices estabelecidos nas métricas (i) e (iii), não caracterizando vencimento antecipado, conforme termos do item acima referenciado.

Cabe ressaltar que os Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas, realizada no dia 30 de abril de 2014, deliberaram por conceder renúncia (“waiver”) à Companhia, em caso de eventual descumprimento do limite que trata a Cláusula V, item 5.1 (v) da Escritura, para as medições apuradas em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2014. Adicionalmente deliberaram por alterações textuais de vencimento antecipado constante da Cláusula V, itens 5.1 (q) e (v) da Escritura. Detalhes adicionais são encontrados no item 29 Eventos Subsequentes.

(v) Financiamentos de capital de giro

Financiamento sujeito a encargos financeiros mensais que serão pagos em 12 parcelas, vencida a primeira em 11 de outubro de 2013 e a última em 11 de setembro de 2014 e o principal em parcela única com vencimento em conjunto com a última parcela dos encargos financeiros. Em garantia foi oferecido aval da Engevix Engenharia S.A. no montante total da dívida. Em 14 de novembro de 2013 foi contratado mais um financiamento com vencimento em 15 de novembro de 2015, os encargos serão pagos mensalmente.

Em 12 de dezembro de 2013 a companhia contratou empréstimo junto ao banco PINE, com vencimento em 10 de junho de 2014, os encargos financeiros serão pagos mensalmente, vencendo a primeira em 10 de janeiro de 2014 e a última em 10 de junho de 2014. Em 23 de dezembro de 2013 foi celebrado contrato de mutuo junto ao BICBANCO, com validade até 22 de abril de 2014, os encargos serão pagos mensalmente.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

(vi) Financiamento de Estudos e Projetos (FINEP)

Obtido para custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto denominado "Projetos Básicos, Estudos de Inventário e de Viabilidade Ambiental para Pequenas Centrais Hidrelétricas", sujeito a encargos financeiros correspondentes a juros compostos de 5% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), para pagamento em 49 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em dezembro de 2009 e a última foi paga em novembro de 2013.

13 Concessões a pagar

O saldo está representado pela obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Alzir dos Santos Antunes (Monel Monjolinho Energética S.A.), ajustado a valor presente, considerando a taxa de juros de 9,50%. A correspondente obrigação será paga em parcelas mensais, atualizadas anualmente com base na variação do IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo). A primeira parcela teve seu vencimento em setembro de 2009, data de início da operação comercial da usina, e a última terá seu vencimento em abril de 2037.

A UHE Alzir dos Santos Antunes (Monel Monjolinho Energética S.A.) foi arrematada no leilão promovido pela ANEEL em novembro de 2001, sendo o correspondente contrato de concessão firmado em abril de 2002 e tendo a empresa entrado em operação em setembro de 2009. O contrato de concessão firmado estabelece, dentre outros, o seguinte: (a) pelo uso do bem público a empresa pagará à União, da data de início da operação comercial da primeira unidade hidrogeradora até o final da concessão, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 2.400 (R\$ 72.000 pelo prazo da concessão após o início das operações), atualizado monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas, tendo como base o índice relativo ao mês anterior à data do leilão. Ao final do prazo de concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

14 Impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
IOF a recolher	9.671	8.067	9.671	8.067
Tributos retidos na fonte (ISSQN, IRRF, INSS, CSLL e outros)	39	2.430	2.547	3.716
COFINS a pagar	157	441	2.136	1.601
Taxas e contribuições ANEEL			746	899
PIS a pagar	34	95	463	346
ICMS a pagar				138
	9.901	11.033	15.563	14.767
Passivo circulante	(9.901)	(11.033)	(14.822)	(14.767)
Passivo não circulante			741	

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais

15 Outros passivos (consolidado)

Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Indenizações a pagar			3	2.469
Provisão para Contingência	1.600		2.074	
Provisão ambiental			17.331	9.914
Proprietários de áreas	1.905	2.037	3.302	3.146
Provisões pré-operacionais			13.647	24.435
Outros	3	3	2.847	1.401
	3.508	2.040	39.204	41.365
Passivo circulante	1.908	2.040	17.814	29.304
Passivo não circulante	1.600		21.390	12.061

16 Provisão para contrato de energia

	Consolidado	
	2013	2012
Conta a pagar por energia não entregue (i)		22.038
Penalidade por inadimplência perante CCEE (ii)	7.425	11.020
Passivo circulante	7.425	33.058

(i) Conta a pagar por energia não entregue

Em atendimento aos itens 1 e 2 da Clausula 7ª, referente ao pagamento da receita fixa, do Contrato de Energia de Reserva CER nº 23/08, firmado entre Enercasa Energia Caiuá S/A e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica em 29 de junho de 2009, foram efetuados os pagamentos pela energia independente da entrega da mesma, durante 2012.

Conforme os termos do despacho 1.516, de 14 de maio de 2013 a ANEEL determinou que a Enercasa efetuasse o pagamento do valor por ela devido, referente à receita faturada e recebida pela energia não entregue durante 2012, tendo a Enercasa desembolsado durante o mês de maio de 2013 o montante de R\$ 22.038.

(ii) Penalidade por inadimplência perante CCEE

Ao final do ano de 2012, a Enercasa reconheceu em seu resultado o valor de R\$ 11 milhões, como multa pela não entrega da energia contratada.

A ANEEL, conforme os termos do despacho 1.516, de 14 de maio de 2013, afastou, em juízo preliminar, a aplicação de multa referente ao não fornecimento da energia contratada para o ano de 2012. Bem como, determinou à CCEE – Câmara de Comércio de Energia Elétrica a retenção da receita fixa da Enercasa, a partir de fevereiro de 2013 (competência janeiro de 2013..

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

Na 3ª. Reunião Pública da Diretoria da ANEEL, realizada no dia 04 de fevereiro de 2014, foi aprovada, a proposta de uniformização da cláusula 14 dos CERs, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 600, de 4 de fevereiro de 2014.

Desta forma, a Administração procedeu, em dezembro de 2013, a reversão da provisão contábil no valor de R\$ 7,7 milhões, referente à aplicação do fator “j” de 50% da energia não entregue em 2012, permanecendo no resultado, a provisão de R\$ 3,3 milhões para a penalidade de 15%.

Também em dezembro de 2013, a Administração constituiu provisão no valor de R\$ 4,1 milhões para a penalidade de 15% referente à energia não entregue em 2013.

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito, em 31 de dezembro de 2013, está representado por 117.001.722 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a ser deliberado pelos administradores da Companhia e aprovado pelos acionistas da Companhia. Essa reserva poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(iii) Compensação de prejuízos com as reservas

Em 2013 em função dos prejuízos consecutivos apresentados nos últimos exercícios sociais a Companhia utilizou de suas reservas de lucros e reserva legal para compensar os prejuízos acumulados até esta data.

(c) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é constituído pelo ajuste a valor justo dos investimentos sem influência significativa nas Companhias Dona Francisca Energética S.A. e Companhia Energética Rio das Antas, vide nota 30.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais

18 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fornecimento de energia elétrica			200.359	174.782
Serviços prestados	7.866	5.686	29.358	25.922
Impostos sobre prestação de serviços		(435)	(3.442)	(3.305)
Impostos sobre fornecimento de energia elétrica			(14.935)	(10.377)
Receita operacional líquida	<u>7.866</u>	<u>5.251</u>	<u>211.340</u>	<u>187.022</u>

Em novembro de 2013, com base na Solução de Divergência nº 23, de 23/09/2013, a sociedade reverteu os valores até então provisionados, passando a não mais registrar em seu passivo os montantes de Pis e Cofins incidentes sobre os reembolsos de despesas administrativas. Esse entendimento foi adotado pela companhia que cessou o recolhimento dos referidos impostos. Não obstante, a companhia passou a acompanhar a evolução das decisões sobre o tema, tanto no âmbito administrativo quando judicial para definição dos procedimentos a adotar no futuro.

19 Custos e despesas por natureza

	Controladora	
	2013	2012
Despesas com pessoal	(5.716)	(4.023)
Remuneração dos administradores	(5.081)	(4.639)
Participação nos Resultados		(800)
Serviços de terceiros	(6.944)	(5.118)
Viagens e estadias	(1.287)	(1.067)
Aluguel	(658)	(718)
Impostos e taxas	(236)	(124)
Depreciação e amortização	(79)	(57)
Propaganda e publicidade	(938)	(1.211)
Estudos em desenvolvimento	(2.211)	(3.793)
Outros	(2.401)	(551)
Total dos custos das vendas e despesas administrativas	<u>(25.551)</u>	<u>(22.101)</u>

	Consolidado	
	2013	2012
Despesas com pessoal	(30.260)	(25.997)
Remuneração dos administradores	(5.081)	(4.639)
Participação nos Resultados		(800)
Serviços de terceiros	(18.411)	(13.962)
Viagens e estadias	(2.212)	(2.728)
Aluguel	(2.830)	(2.923)
Impostos e taxas	(409)	(422)
Encargos setoriais	(12.285)	(10.452)
Depreciação e amortização	(65.199)	(47.706)
Propaganda e publicidade	(2.094)	(1.955)
Seguros fianças e comissões	(1.603)	(1.858)
Compra de energia	(206)	(6.089)
Estudos em desenvolvimento	(2.211)	(3.793)
Penalidade por inadimplência CCEE	2.453	(11.020)
Outros	(5.810)	(2.957)
Total dos custos das vendas e despesas administrativas	<u>(146.157)</u>	<u>(137.301)</u>

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Com financiamentos	(13.648)	(8.736)	(66.786)	(53.050)
Cartas de fiança bancária	(2.120)	(15.240)	(5.236)	(17.828)
IOF, multas e juros sobre tributos.	(1.909)	(5.716)	(2.004)	(5.787)
Variações monetárias passivas		(314)	(27.717)	(490)
Concessões a pagar			(8.893)	(10.179)
Outras receitas e despesas financeiras	(18.063)	(307)	(21.029)	(1.900)
	(35.740)	(30.313)	(131.665)	(89.234)
Com aplicações financeiras	2.786	972	5.579	3.461
Variações monetárias ativas	1.138	3.792	13.633	3.794
	3.924	4.764	19.212	7.255
	(31.816)	(25.549)	(112.453)	(81.979)

21 Imposto de renda e contribuição social

(a) Do exercício

A Companhia, assim como as suas controladas Enx O&M de Sistemas Elétricos Ltda. Monel Monjolinho Energética S.A., Enercasa Energia Caiua S.A., Energen Energias Renováveis S.A., Macaubas Energética S.A., Novo Horizonte Energética S.A. e Seabra energética S.A., optaram pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

O encargo de IRPJ e CSLL nos períodos findos em 31 de dezembro podem ser assim demonstrados:

	Consolidado	
	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(10.276)	(9.949)
Diferido	19.276	5.123
	9.000	(4.826)

Os encargos de IRPJ e da CSLL, por regime de apuração, nos períodos findos em 31 de dezembro, podem ser assim demonstrados:

	Consolidado	
	2013	2012
Regime de apuração		
Lucro real		
Imposto de renda	(5.695)	(4.477)
Contribuição social	(2.096)	(1.629)
	(7.791)	(6.106)
Lucro presumido		
Imposto de renda	(1.605)	(2.487)
Contribuição social	(880)	(1.356)
	(2.485)	(3.843)
Total do encargo no exercício	(10.276)	(9.949)

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social corrente

	Consolidado	
	2013	2012
Prejuízo antes dos tributos	(41.490)	(26.796)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social e das participações societárias na controladora e controladas, as quais apresentaram prejuízo fiscal no período.	87.659	67.104
Lucro não realizado em operações realizadas entre a controladora e as controladas, sem contribuição dos tributos diferidos	268	268
Resultado de participações societárias	1.307	(5.024)
Encargo no resultado do período	47.744	35.554
Alíquota nominal combinada do IR e CS %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	16.233	12.088
Diferença de encargo do imposto de renda e da contribuição social de empresas controladas calculados observando a sistemática de lucro presumido à alíquotas e bases diferenciadas	(6.923)	(6.859)
Juros sobre capital próprio	(310)	(403)
Encargo no resultado do período	9.000	4.826

(c) Diferido

A movimentação do imposto de renda diferido é a seguinte:

	Controladora	Consolidado	
	Passivo	Ativo	Passivo
Em 31 de dezembro de 2012	(6.676)	5.604	(6.676)
Com contrapartida no resultado			
Constituição do imposto de renda diferido ativo	741	18.164	741
Proveniente de combinação de negócios (ágio)	391		391
Baixa de imposto de renda diferido passivo	3896		3.899
Sobre variação cambial			(3.919)
Em 31 de dezembro de 2013	(1.648)	23.768	(5.564)

(d) Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013

A Medida Provisória (MP) 627/13 altera a legislação tributária relativa aos impostos e contribuições sociais federais; revoga o Regime Transitório de Transição (RTT), instituído pela Lei nº 11.941/09; e dá outras providências. Os dispositivos da referida MP entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014.

A Administração, baseada em análises preliminares sobre os possíveis efeitos decorrentes da aplicação da Medida, entende que não haverá elevação de carga tributária em relação à legislação vigente para a Companhia.

A MP recebeu diversas propostas de emendas que ainda serão apreciadas e votadas pelo Congresso Nacional. A decisão da Companhia quanto à sua adoção antecipada depende de análise posterior sobre eventuais alterações que poderão vir a ser aprovadas pelo Congresso.

Os prejuízos fiscais e as bases de cálculo negativas da contribuição social não possuem prazo de prescrição, estando, todavia, sua compensação limitada a 30% dos lucros tributáveis futuros apurados anualmente.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

(e) Composição do diferido

	Consolidado	
	2013	2012
Provisões trabalhistas	165	
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	6.117	
Diferenças taxas de depreciação - ANEEL x CPC 27	8.730	5.604
Variação cambial	8.756	
	23.768	5.604

(e) Realização do diferido

Ano	Consolidado Ativo fiscal diferido	
2014	165	(i)
2015	125	(ii)
2016	211	(ii)
2017	295	(ii)
2018	689	(ii)
Após 2018	22.283	(iii)
	23.768	

(i) Em 2014 a administração tem como expectativa apenas a realização do saldo diferido referente ações trabalhistas provisionadas da empresa Enx;

(ii) Para os anos entre 2015 e 2018 espera-se que parte do ativo diferido das controladas Macaúbas e Energen seja realizado com a realização de lucros nos períodos; e

(iii) Espera-se que após 2018 sejam realizados o saldo remanescente de prejuízo fiscal das companhias citadas no item (ii), a variação cambial do financiamento com o CDB (China Development Bank) mantida pela controlada Energen em dólares americanos, e ainda, a realização das diferenças temporárias entre a taxa de depreciação regulatória (ANEEL) e societária (CPC 27).

22 Seguros e garantias

(a) Cartas de fiança bancária e garantias

A Companhia contratou cartas de fiança bancária em garantia de financiamentos, ação judicial em curso e outras, estando as principais garantias demonstradas a seguir:

Banco	Avais e fianças	Valor da dívida
FINEP	Carta de fiança bancária	21.072
BNDES	Carta de fiança bancária	30.371
BNB	Carta de fiança bancária	134.808

(b) Seguros risco operacional e outros

A Companhia possui seguro de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores, sendo cotomadora da apólice que possui a Controladora Jackson Empreendimentos Ltda. com vigência até 28 de janeiro de 2014, não sendo contratadas outras modalidades de seguros em decorrência da natureza de suas operações.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

Tipo de Usina	Riscos Operacionais		Consolidado
	Danos materiais	Lucro cessante	Responsabilidade Civil
			LMI + Danos morais
PCH (Pequena Central Hidrelétrica)	240.000	71.644	19.800
UTE (Usina Termelétrica)	79.107	17.609	2.400
EOL (Usina Eólica)	285.000	72.909	8.400
UHE (Usina Hidrelétrica)	210.000		5.000
Outros			1.000
	814.107	162.162	36.600

(c) Fiança Corporativa de Controladores

Conforme deliberação do Conselho de Administração, reunido no dia 27 de junho de 2012, ficou autorizado o pagamento por parte da Desenvix a Jackson/Engevix uma taxa pelas fianças e garantias prestadas. Pela proposta será pago 1,0% ao ano para fiança bancária e 0,5% para seguro garantia prestado, a ser pago pela Desenvix no final de cada ano fiscal. O valor total garantido pela Jackson/Engevix é de R\$ 511.010. O valor provisionado à pagar em 2013 referente essas fianças e garantias foi de R\$ 2.351 na controladora.

23 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas não possuem operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, assim como não realizaram operações com instrumentos financeiros derivativos (*swap* troca de moedas ou indexadores, *hedge*, entre outras).

A Companhia e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

23.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global bem como para áreas específicas como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo Desenvix possuía passivo denominado em moeda estrangeira, referente ao endividamento tomado pela subsidiária Energen Energias Renováveis S.A., (nota

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

12(iii)), existindo, assim, exposição a esse risco.

O risco associado a esta natureza é proveniente das oscilações do preço do dólar frente à moeda funcional utilizada pela Desenvix (real). Atualmente a Companhia não utiliza nenhum instrumento financeiro como mecanismo de proteção do resultado às variações cambiais, contudo, essas variações vêm sendo monitoradas tempestivamente pela Companhia, de forma a verificar a possível necessidade de contratações de operações de *hedge* ou *swap* para proteção.

Risco cambial

	Consolidado			
	2013		2012	
	R\$	U\$	R\$	U\$
CDB	108.630	46.573	102.049	50.023
Total	108.630	46.573	102.049	50.023

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco associado é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Desenvix tem pactuado contratos de financiamentos com taxas de juros indexadas pela TJLP e CDI, monitorando continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de *hedge* para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez e o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área de Tesouraria.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

	Controladora			Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2013							
Fornecedores	2.603			32.452			
Financiamentos	57.792	133.710	22.103	77.982	269.224	191.981	967.845
Partes relacionadas	17.616			7.363			
Contas a pagar por aquisição de terras	1.905			3.301			
Concessões a pagar				6.500	14.147	15.555	236.715
Em 31 de dezembro de 2012							
Fornecedores	3.077			111.733			
Financiamentos	30.035	80.606		107.380	256.320	220.521	1.066.818
Partes relacionadas	50.641			30.078			
Contas a pagar por aquisição de terras	2.037			3.146			
Concessões a pagar				6.288	13.534	14.925	244.450

A Companhia entende não haver riscos significativos de liquidez.

(c) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de financiamento firmados com o BNDES, CDB, BNB e Debentures (nota 12), as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A administração monitora regularmente estes índices financeiros, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

(d) Análise de sensibilidade

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, demonstramos, a seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2013, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

(i) Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado nas tabelas abaixo e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apuramos o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados.

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as demonstrações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às demonstrações financeiras por conta de variações nos cenários econômicos.

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus do Banco Central do Brasil (BACEN), na data de 31 de dezembro de 2013, para cada uma das variáveis indicadas. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2014. A Desenvix e suas controladas não possuem posições compradas ou vendidas no mercado de derivativos.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

(ii) Fator de risco juros (consolidado)

		Variações adicionais no saldo contábil (*)						
	Fator de risco	Valores expostos em 31 de dezembro de 2013	Valores expostos em 31 de dezembro de 2012	-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Empréstimos e financiamentos	CDI	(174.305)	(108.910)	(2.055)	(3.082)	(4.110)	(5.137)	(6.165)
Aplicações financeiras	CDI	58.876	51.011	694	1.041	1.388	1.735	2.082
Impacto líquido	CDI	<u>(115.429)</u>	<u>(57.899)</u>	<u>(1.361)</u>	<u>(2.041)</u>	<u>(2.722)</u>	<u>(3.402)</u>	<u>(4.083)</u>
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(374.334)	(409.458)	(2.297)	(3.445)	(4.594)	(5.742)	(6.891)
Empréstimos e financiamentos	Libor	108.630		1.281	1.921	94	3.202	3.842
Taxas consideradas - % ao ano	CDI	9,77%	7,25%	4,89%	7,33%	9,77%	12,21%	14,66%
Taxas consideradas - % ao ano	TJLP	5,00%	5,50%	2,50%	3,75%	5,00%	6,25%	7,50%
Taxas consideradas - % ao ano	Libor	0,35%		0,17%	0,26%	0,35%	0,43%	0,52%

(*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2014.

(iii) Fator de risco juros (consolidado)

(e) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, concessões a pagar e partes relacionadas pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, esteja próxima de seus valores justos.

O valor justo das aplicações financeiras restritas (nota 7) e dos financiamentos (nota 12) aproxima-se do seu valor contábil.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- (ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- (iii) Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013

				Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa		28.803		28.803
Ativos financeiros disponíveis para venda			66.677	66.677
Investimentos				
Total do ativo		28.803	66.677	95.480

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

A tabela abaixo apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Consolidado Saldo total
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa		124.677		124.677
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Investimentos			81.213	81.213
Total do ativo		124.677	81.213	205.890

A Companhia possui investimentos na Companhia Energética Rio das Antas de 5% e Dona Francisca Energética S.A. em 2,12% sem influência significativa registrados a valor justo nos respectivos montante de R\$ 58.740 mil e R\$ 7.937 mil. A companhia preparou os fluxos de caixa futuros para a avaliação do valor de seu investimento considerando como fim a data de finalização do contrato de concessão. Existe a possibilidade de prorrogação do prazo de concessão desta Companhia investida por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de concessão, entretanto é necessário à necessidade de autorização de terceiros para a renovação da concessão. Assim a possível prorrogação pode acarretar em valores diferentes dos atuais registrados.

(f) Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Consolidado Total
31 de dezembro de 2013				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa		28.803		28.803
Contas a receber de clientes		24.177		24.177
Partes relacionadas		26.824		26.824
Outros ativos		8.441		8.441
Aplicação financeira restrita	52.119			52.119
Investimentos			66.677	66.677
Propriedades para investimento	25.208			
	77.327	88.245	66.677	232.249

	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Consolidado Total
31 de dezembro de 2012				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa		124.677		124.677
Contas a receber de clientes		27.410		27.410
Partes relacionadas		43.425		43.425
Outros ativos		27		27
Aplicação financeira restrita	40.023			40.023
Investimentos			81.123	81.123
Propriedades para investimento	21.419			
	61.442	195.539	81.123	338.104

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais

	Consolidado
	Outros passivos financeiros
31 de dezembro de 2013	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Fornecedores	33.260
Financiamentos	923.254
Partes relacionadas	7.363
Contas a pagar por aquisição de terras	3.301
Concessão a pagar	63.038
	<u>1.030.216</u>
31 de dezembro de 2012	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Fornecedores	108.899
Financiamentos	902.216
Partes relacionadas	30.078
Contas a pagar por aquisição de terras	3.146
Concessão a pagar	61.270
	<u>1.105.609</u>

- (g) A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Contas a receber				
Contrapartes com classificação externa de crédito ⁽¹⁾				
AAA				1.921
AA			1.323	3.094
AA+			826	1.764
AA-			1.008	7.980
A+				647
A-			7.287	6.955
BB+			2.048	
			<u>12.492</u>	<u>22.361</u>
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Grupo 2	1.026	1.334	11.685	5.049
Partes relacionadas				
Grupo 2	83.971	128.124	23.737	43.425
Total de contas a receber e partes relacionadas	<u>84.997</u>	<u>129.458</u>	<u>47.914</u>	<u>70.835</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira restrita ⁽¹⁾				
AAA		6.565		143.397
AA				
A				
BBB+		4.938		4.938
BBB	3.225	561	62.716	16.365
BBB ⁽²⁾	13.202		13.202	
BB+			5.004	
	<u>16.427</u>	<u>12.064</u>	<u>80.922</u>	<u>164.700</u>

. Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses) - não aplicável.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

- Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.
 - Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado. Todas as inadimplências foram totalmente recuperadas - não aplicável.
- (*) Conforme *rating* da agência de classificação Standard & Poor's exceto pelo *rating* BBB+ que foi obtido pela agência de classificação Fitch Ratings.

24 Outros riscos operacionais

(a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo poder concedente.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

(b) Risco de não prorrogação da autorização ou concessão

As empresas controladas possuem, no caso das PCHs, autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, sem nenhum pagamento pelo uso do bem público, assim como possui contrato de concessão para a UHE Monel, com pagamento pelo uso do bem público (nota 13). Caso a prorrogação da autorização, ou do contrato de concessão, não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para as empresas, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização ou concessão hoje outorgada às empresas controladas será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

25 Contingências

A companhia e suas controladas não têm contingências que apresentam risco provável de desembolso futuro. Os valores relativos aos processos abaixo mencionados, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados em notas explicativas.

		Controladora	
		31.12.2013	31.12.2012
		Risco possível	Risco possível
Cível		17.230	17.228
Trabalhista		660	
		17.890	17.228
		Consolidado	
		31.12.2013	31.12.2012
		Risco possível	Risco possível
Cível		18.779	18.454
Trabalhista		695	90
Administrativo		249	249
		19.723	18.793

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

As contribuições previdenciárias e demais encargos sociais e os tributos incidentes sobre as receitas e outros, bem como as declarações de rendimentos da Companhia e de suas empresas controladas, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo e a eventuais lançamentos adicionais.

A Companhia e suas empresas controladas estão sujeitas a leis e regulamentações federais, estaduais e municipais, relativas ao meio ambiente, adotando como política o adequado cumprimento das mesmas. Dessa forma, a administração não prevê custos de reparação ou de multas de qualquer natureza.

As licenças de operação indicam determinadas condições e restrições quanto a questões relacionadas ao meio ambiente que estão sendo observadas e atendidas pela Companhia e suas empresas controladas.

26 Resultado por ação lucro básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido, ou prejuízo, disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	(31.654)	(32.049)	(31.654)	(31.997)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	117.002	117.002	117.002	117.002
Lucro por ação	(0,2705)	(0,2739)	(0,2705)	(0,2735)

Ações em circulação, conforme normas aplicáveis se referem ao total de ações emitidas pela Companhia excluídas aquelas mantidas em tesouraria, quando aplicável.

27 Propriedades para investimento

A Companhia, com o objetivo de viabilizar a obtenção junto a ANEEL das autorizações ou outorgas para implantação futura de PCHs, para as quais vem desenvolvendo estudos de inventário e projeto básico, está adquirindo antecipadamente terras nas proximidades de onde serão construídas as futuras PCHs (área a ser atingida pelo reservatório), sendo esta uma das condições para seleção e hierarquização dos interessados.

O valor registrado como propriedades estão muito próximos de seu valor justo, pois foram realizadas nos últimos exercícios.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Propriedades para investimentos	25.208	21.419	25.208	21.419
	25.208	21.419	25.208	21.419

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais

28 Compromissos

(a) Compromissos com arrendamento mercantil operacional - Companhia como arrendatário

A Companhia arrenda 4 terrenos para a construção de usinas eólicas segundo contratos de arrendamento operacional não canceláveis. Os termos do arrendamento são de 27 anos e todos os contratos de arrendamento são renováveis no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais não canceláveis, são:

	Consolidado	
	2013	2012
Menos de um ano	294	212
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.048	853
Mais de cinco anos	3.183	3.777
	<u>4.525</u>	<u>4.842</u>

29 Eventos subsequentes

- (a) Em 18 e fevereiro de 2014, a Desenvix vendeu sua participação no Fundo de Investimentos e Participações em infraestrutura Energias Renováveis, denominado simplesmente “FIP IE ER”.
- (b) Nos termos da Ata de Assembleia Geral dos Titulares de Debêntures da 1ª Emissão de Debêntures da Desenvix Energias Renováveis S.A., realizada em 30.04.2014, a qual contou com quórum de 92,1770%, ficou deliberado pela:

(i) Concessão de renúncia (“waiver”) à Companhia, em caso de eventual descumprimento do limite que trata a Cláusula V, item 5.1 (v) da Escritura, para as medições apuradas em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2014;

(ii) O pagamento de prêmio aos Debenturistas, equivalente a 1,0% (um por cento) sobre o valor nominal das debêntures em circulação na data de realização da AGD, em razão da deliberação contida no item (i) acima o qual será pago em 09 de maio de 2014, através dos ambientes de negociação (CETIP/BM&FBOVESPA);

(iii) Dar nova redação à Cláusula V, item 5.1 (q) da Escritura, alterando os eventos de vencimento antecipado em relação a classificação de risco atribuída às Debêntures, passando a vigor com a seguinte redação:

“apresentação, pela(s) agência(s) de classificação de risco contratada(s) pela Emissora, de classificação de risco atribuída às Debêntures em nível inferior a “BB+” pela Standard and Poor’s, ou “Ba1” pela Moody’s ou “BB+” pela Fitch Ratings, em suas respectivas escalas locais”

(iii) Dar nova redação a Cláusula V, item 5.1 (v) da Escritura, alterando os eventos de vencimento antecipado em relação aos índices de Dívida Total / Receita com Dividendos; de Dívida Total / Patrimônio Líquido; e, de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) admissíveis, passando a vigor com a seguinte redação:

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

“caso a Emissora venha a apurar 3 (três) trimestres alternados, (i) índice de Dívida Total / Receita com Dividendos maior do que 4,0x entre 1º de abril de 2014 e 31 de março de 2015, maior do que 3,5x entre 1º de abril de 2015 e 31 de dezembro de 2015, maior do que 3,0x entre 1º de janeiro de 2016 e 30 de junho de 2016 e maior do que 2,5x a partir de 1º de julho de 2016; (ii) índice Dívida Total / Patrimônio Líquido maior do que 1,45x, e (iii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) menor do que 1,0x a partir de 1º de abril de 2014, a ser verificado pelo Agente Fiduciário e calculado de acordo com a fórmula abaixo, sendo tais índices calculados com base nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores cobertos por informações financeiras revisadas e/ou auditadas da Emissora, a partir do trimestre encerrado em 30 de junho de 2014, de acordo com as definições abaixo e devendo ser considerados para o cálculo do índice previsto no item (i) apenas os números da Emissora (não consolidado com suas controladas) e para o cálculo dos índices previstos nos itens (ii) e (iii) os números consolidados.

Definições:

Dívida Total: somatória dos valores correspondentes a (1) empréstimos bancários de curto prazo; (2) debêntures no curto prazo; (3) empréstimos bancários de longo prazo; (4) debêntures no longo prazo e, ainda, (5) empréstimos de longo prazo concedidos por empresas coligadas, acionistas ou administradores.

EBITDA: para qualquer período, o somatório do resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Emissora (1) acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização, incluindo a amortização do direito de concessão - ágio; (b) provisão de manutenção; e (c) apropriação de despesas antecipadas, calculado com base nos últimos 12 meses.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD): calculado pela divisão da geração de caixa operacional pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras, em determinado período:

(A) Geração de caixa

(+) EBITDA

(B) Serviço da dívida

(+) Amortização de principal

(+) Pagamento de juros

(-) Amortização de principal oriunda de rolagem de endividamento

(-) Aportes de capital dos acionistas

$\text{Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)} = (A) / (B)$

Patrimônio Líquido: compreende os recursos próprios da Emissora, e seu valor é a diferença positiva entre o valor do ativo e o valor do passivo.

Receita com Dividendos: dividendos declarados à Emissora pelas suas subsidiárias, calculado com base nos últimos 12 (doze) meses.”

(v) Alterar os juros remuneratórios previstos na Cláusula III, item 3.8.2 da Escritura, passando as Debêntures a fazer jus, a partir do dia útil seguinte à data de realização da AGD, ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *Over Extra-Grupo*, expressas na forma

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais

percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida de um *spread* (sobretaxa) de 3,75% (três vírgula setenta e cinco por cento) ao ano.

(vi) Autorização para que o Agente Fiduciário pratique todas as providências necessárias para o cumprimento integral das deliberações acima, incluindo, mas não se limitando, a celebração do segundo aditamento à Escritura.

30 Investimentos em entidades não controladas ao valor justo

Nesta conta estão reconhecidos os investimentos registrados a valor justo (sem influência significativa).

	Controladora e Consolidado	
	2013	
Investida	Total	Participação no capital
Dona Francisca Energética S.A.	7.937	2,12%
Companhia Energética Rio das Antas	58.740	5,00%
	<u>66.677</u>	

	Controladora e Consolidado	
	2012	
Investida	Total	Participação no capital
Dona Francisca Energética S.A.	8.082	2,12%
Companhia Energética Rio das Antas	70.063	5,00%
FIP Energias Renováveis S.A.	3.068	6,25%
	<u>81.213</u>	

A tabela abaixo apresenta as mutações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

	Consolidado
	Investimentos em entidades não controladas ao valor justo
Saldo inicial	81.213
Transferência para investimentos disponíveis para venda	(3.060)
Variação do valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	(11.468)
Ganhos e perdas reconhecidos no resultado	<u>(8)</u>
Saldo final	<u>66.677</u>